



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
(Processo Administrativo nº: 00003.004.029.2026.001)

**SUMÁRIO**

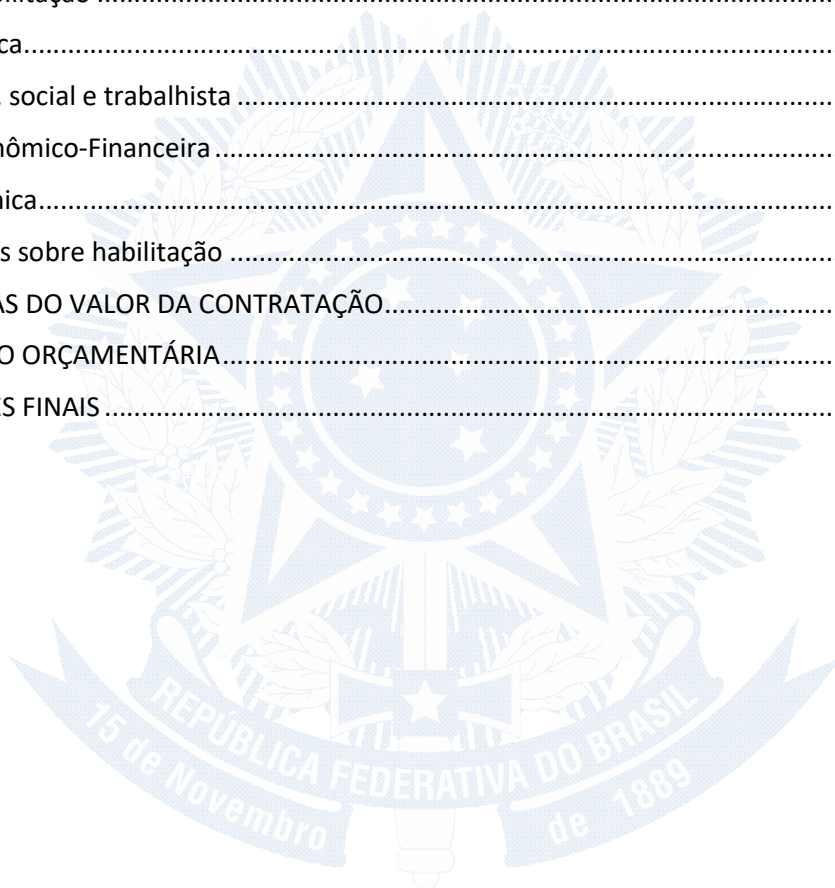
1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade .....	6
Classificação do objeto como bem de luxo .....	6
Prazo de vigência.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	6
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO .....	7
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	11
Sustentabilidade.....	12
Da exigência de carta de solidariedade .....	13
Subcontratação .....	13
Garantia da contratação .....	13
Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:.....	13
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	13
Condições de Entrega.....	13
Local de Entrega .....	13
Despesas de Transporte.....	14
Devolução e Substituição .....	14
Garantia.....	14
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	14
Fiscalização.....	15
Fiscalização Técnica.....	15
Fiscalização Administrativa .....	15
Gestor do Contrato .....	16
7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	16





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

8.	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	19
	Recebimento .....	19
	Liquidação .....	20
	Prazo de pagamento .....	21
	Forma de pagamento.....	21
	Reajuste.....	22
9.	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO .....	22
	Forma de seleção e critério de julgamento da proposta .....	22
	Críticos de aceitabilidade de preços.....	22
	Exigências de habilitação .....	22
	Habilitação jurídica.....	22
	Habilitação fiscal, social e trabalhista .....	23
	Qualificação Econômico-Financeira .....	24
	Qualificação Técnica.....	25
	Disposições gerais sobre habilitação .....	25
10.	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	26
11.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26
12.	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	27





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
(Processo Administrativo nº: 00003.004.029.2026.001)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais de uso contínuo, incluindo itens descartáveis, de higiene, copa e acessórios correlatos, destinados ao atendimento das demandas internas e do público visitante, à manutenção das condições de salubridade e organização dos ambientes e à garantia do regular funcionamento das atividades administrativas do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 15 (quinze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT <sup>1</sup>	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<u>Copo descartável 200 ml (água)</u> Material em polipropileno ou poliestireno atóxico, resistente, sem deformações, com boa rigidez lateral, adequado para líquidos frios, bordas uniformes e acabamento regular, isento de odor e impurezas. Pacote com 100 unidades.	629998	Pacote	36	R\$ 6,3200	R\$ 227,52
2	<u>Copo descartável 50 ml (café)</u> Material atóxico, resistente a líquidos quentes, com espessura adequada para evitar deformações, bordas regulares e estabilidade no manuseio. Pacote com 100 unidades.	629999	Pacote	18	R\$ 2,0900	R\$ 37,62

<sup>1</sup> Havendo divergências entre o código CATSER, a descrição do serviço/material no sistema, e o apresentado neste Termo de Referência, prevalecerá a última.





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

3	<u>Mexedor de café 11 cm (bambu)</u> Produzido em bambu ou material equivalente, superfície lisa, sem farpas, resistente à umidade e ao calor, adequado para contato com alimentos. Pacote com 100 unidades.	607432	Pacote	18	R\$ 3,4300	R\$ 61,74
4	<u>Guardanapo de papel (21 x 22 cm)</u> Folha simples, com boa absorção, maciez adequada, resistência ao uso e acabamento uniforme, isento de impurezas. Pacote com 100 unidades.	293348	Pacote	120	R\$ 1,7950	R\$ 215,40
5	<u>Toalha americana de papel para bandeja (25 x 36 cm)</u> Papel resistente, com boa absorção, dimensões uniformes, adequado para uso em bandejas, sem rasgos ou deformações. Pacote com 1000 unidades.	625633	Pacote	4	R\$ 48,0450	R\$ 1.729,62
6	<u>Papel toalha interfolhas</u> Produzido em 100% celulose, alto poder de absorção, resistência ao uso, formato interfolhado, compatível com dispensadores padrão, folhas com corte uniforme. Pacote com 1000 unidades.	481231	Pacote	100	R\$ 8,9250	R\$ 892,50
7	<u>Papel higiênico folha dupla</u> Fabricado em 100% celulose virgem, folha dupla, macio, resistente, com boa absorção, sem fragrância excessiva, acondicionado em embalagem protegida contra umidade. Fardo com 8 rolos.	443004	Fardo	100	R\$ 31,3250	R\$ 3.132,50
8	<u>Protetor descartável para assento sanitário</u> Fabricado em papel biodegradável ou similar, resistente ao manuseio, de fácil utilização, com recorte compatível com assentos sanitários padrão. Pacote com 40 unidades.	356771	Pacote	360	R\$ 10,5000	R\$ 3.780,00





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

9	<u>Saquinho para descarte de absorvente feminino</u> Produzido em material plástico resistente, com vedação adequada, dimensões compatíveis com dispensador, higiênico e de uso individual. Pacote com 100 unidades.	626488	Pacote	8	R\$ 8,4900	R\$ 67,92
10	<u>Dispenser para saquinho de descarte</u> Confeccionado em material resistente (plástico ou similar), com sistema de fixação em parede, compatível com refil, fácil abastecimento e higienização.	256848	Unidade	6	R\$ 25,0000	R\$ 150,00
11	<u>Dispenser para protetor de assento sanitário</u> Material resistente, fixação em parede, compatível com o tipo de refil utilizado, com sistema que permita retirada individual.	413992	Unidade	8	R\$ 14,8250	R\$ 118,60
12	<u>Dispenser para copos descartáveis 200 ml</u> Material plástico ou acrílico resistente, com sistema de liberação individual de copos, visor de nível e fixação adequada.	628944	Unidade	4	R\$ 44,5000	R\$ 178,00
13	<u>Dispenser para bloqueador de odores sanitários</u> Material resistente, fixação em parede, compatível com frascos de bloqueador, fácil manuseio e reposição.	368744	Unidade	8	R\$ 14,2450	R\$ 113,96
14	<u>Bloqueador de odores sanitários (500 ml)</u> Produto eficaz na neutralização de odores, com fragrância suave, embalagem resistente, vedação adequada e conformidade com normas sanitárias.	457804	Unidade	96	R\$ 9,5200	R\$ 913,92



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

15	<u>Álcool gel 400 g</u> Álcool etílico em gel com concentração mínima de 70%, ação antisséptica, secagem rápida, não pegajoso, com registro ou notificação na ANVISA, embalagem segura e identificada.	380018	Unidade	48	R\$ 6,9500	R\$ 333,60
----	---	--------	---------	----	------------	------------

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3. Os bens objeto desta contratação são classificados como comuns, por apresentarem padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos, especificações usuais de mercado e ampla disponibilidade de fornecedores.

**Classificação do objeto como bem de luxo**

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**Prazo de vigência**

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente demanda refere-se à necessidade de aquisição de materiais de uso contínuo, incluindo itens descartáveis, de higiene, copa e dispensadores correlatos, essenciais à manutenção das atividades institucionais do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região.

2.2. Tais materiais são indispensáveis ao adequado funcionamento dos ambientes institucionais, contribuindo para a organização dos espaços, o atendimento às rotinas administrativas e a manutenção de condições adequadas de higiene, salubridade e asseio, tanto para o público interno quanto visitante. A eventual descontinuidade no fornecimento desses insumos pode comprometer a operacionalidade dos serviços e impactar negativamente o atendimento.

2.3. Considerando o caráter contínuo da demanda e a necessidade de reposição periódica, faz-se necessária a realização de processo administrativo para aquisição dos materiais, bem como para reposição de dispensadores em caso de desgaste ou avaria, a fim de garantir o fornecimento regular, evitar desabastecimento e assegurar a continuidade dos serviços, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da gestão pública.



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

2.4. O objeto da contratação está previsto no Planejamento de Contratações Anual de 2026.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução consiste na aquisição de materiais de consumo de higiene, copa, descartáveis e itens correlatos, de uso contínuo, com especificações padronizadas e requisitos mínimos de qualidade, desempenho e conformidade legal, destinados ao atendimento das demandas institucionais do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região, considerando o consumo estimado para o período de 12 (doze) meses.

3.2. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições, em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, assegurando a rastreabilidade e a identificação do fabricante.

**3.3. ITEM 1 – COPO DESCARTÁVEL 200 ML (ÁGUA)**

- 3.3.1 Material: Polipropileno ou poliestireno atóxico;
- 3.3.2 Capacidade: 200 ml;
- 3.3.3 Características: Resistente, adequado para líquidos frios;
- 3.3.4 Apresentação: Pacote com 100 unidades;
- 3.3.5 Quantitativo estimado: 36 pacotes.

**3.4. ITEM 2 – COPO DESCARTÁVEL 50 ML (CAFÉ)**

- 3.4.1 Material: Polipropileno ou poliestireno atóxico;
- 3.4.2 Capacidade: 50 ml;
- 3.4.3 Características: Resistente a líquidos quentes;
- 3.4.4 Apresentação: Pacote com 100 unidades;
- 3.4.5 Quantitativo estimado: 18 pacotes.

**3.5. ITEM 3 – MEXEDOR DE CAFÉ 11 CM (BAMBU)**

- 3.5.1 Material: Bambu;
- 3.5.2 Comprimento: Aproximadamente 11 cm;







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

3.5.3 Características: Superfície lisa, resistente e descartável;

3.5.4 Apresentação: Pacote com 100 unidades;

3.5.5 Quantitativo estimado: 18 pacotes.

3.6. ITEM 4 – GUARDANAPO DE PAPEL

3.6.1 Dimensões: Aproximadamente 21 cm x 22 cm;

3.6.2 Tipo: Folha simples;

3.6.3 Características: Boa absorção e maciez;

3.6.4 Apresentação: Pacote com 100 unidades;

3.6.5 Quantitativo estimado: 120 pacotes.

3.7. ITEM 5 – TOALHA AMERICANA DE PAPEL PARA BANDEJA

3.7.1 Dimensões: Aproximadamente 25 cm x 36 cm;

3.7.2 Características: Descartável, resistente, adequada para apoio em bandejas;

3.7.3 Apresentação: Pacote com 1000 unidades;

3.7.4 Quantitativo estimado: 4 pacotes.

3.8. ITEM 6 – PAPEL TOALHA INTERFOLHAS

3.8.1 Dimensões aproximadas: 21 cm x 20 cm;

3.8.2 Características: Alto poder de absorção, resistência ao uso e compatibilidade com dispensadores padrão utilizados pela Administração;

3.8.3 Apresentação: Pacote com 1.000 folhas;

3.8.4 Composição: 100% celulose;

3.8.5 Acondicionamento: Embalagem íntegra, protegida contra umidade e contaminação;

3.8.6 Quantitativo estimado: 100 pacotes.

3.9. ITEM 7 – PAPEL HIGIÊNICO – FOLHA DUPLA







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

- 3.9.1 Características: Folha dupla, maciez adequada e resistência compatível com uso institucional;
- 3.9.2 Apresentação: Fardo com 8 rolos;
- 3.9.3 Composição: 100% celulose virgem;
- 3.9.4 Embalagem: Proteção contra umidade e contaminação, contendo identificação do fabricante e lote;
- 3.9.5 Quantitativo estimado: 100 fardos.

3.10. ITEM 8 – PROTETOR DESCARTÁVEL PARA ASSENTO SANITÁRIO

- 3.10.1 Material: Papel biodegradável ou similar;
- 3.10.2 Características: Higiênico, de uso único;
- 3.10.3 Apresentação: Pacote com 40 unidades;
- 3.10.4 Quantitativo estimado: 360 pacotes.

3.11. ITEM 9 – SAQUINHO PARA DESCARTE DE ABSORVENTE FEMININO

- 3.11.1 Material: Plástico resistente;
- 3.11.2 Características: Uso individual, higiênico, compatível com dispenser/refil;
- 3.11.3 Apresentação: Pacote com 100 unidades;
- 3.11.4 Quantitativo estimado: 8 pacotes.

3.12. ITEM 10 – DISPENSER PARA SAQUINHO PARA DESCARTE

- 3.12.1 Material: Plástico resistente ou similar;
- 3.12.2 Características: Fixação em parede, compatível com refil;
- 3.12.3 Quantitativo estimado: 6 unidades.

3.13. ITEM 11 – DISPENSER PARA PROTETOR DE ASSENTO SANITÁRIO

- 3.13.1 Material: Plástico resistente;
- 3.13.2 Características: Fixação em parede;





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

3.13.3 Quantitativo estimado: 8 unidades.

3.14. ITEM 12 – DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS 200 ML

3.14.1 Material: Plástico ou acrílico;

3.14.2 Características: Compatível com copos de 200 ml, com liberação individual;

3.14.3 Quantitativo estimado: 4 unidades.

3.15. ITEM 13 – DISPENSER PARA BLOQUEADOR DE ODORES SANITÁRIOS

3.15.1 Material: Plástico resistente;

3.15.2 Características: Fixação em parede;

3.15.3 Quantitativo estimado: 8 unidades.

3.16. ITEM 14 – BLOQUEADOR DE ODORES SANITÁRIOS (500 ML)

3.16.1 Apresentação: Frasco de 500 ml;

3.16.2 Características: Neutralização de odores;

3.16.3 Quantitativo estimado: 96 unidades.

3.17. ITEM 15 – ÁLCOOL GEL 400 G

3.17.1 Apresentação: Frasco de 400 g;

3.17.2 Características: Ação antisséptica;

3.17.3 Conformidade: Atender às normas da ANVISA;

3.17.4 Quantitativo estimado: 48 unidades.

3.18. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

3.18.1 Os produtos deverão conter identificação do fabricante, lote e data de fabricação.

3.18.2 Deverão atender à legislação vigente e às normas técnicas aplicáveis.

3.18.3 O transporte e armazenamento deverão preservar a integridade dos materiais.





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

3.18.4 Deverão ser observados, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, considerando o ciclo de vida dos produtos.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os fornecedores interessados deverão atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 Estar regularmente constituídos e em situação de plena regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como não possuir impedimentos para contratar com a Administração Pública.

4.1.2 Comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, por meio de atestado(s) que demonstre(m) experiência no fornecimento de materiais similares.

4.1.3 Fornecer produtos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando padrões mínimos de qualidade e desempenho.

4.1.4 Atender às normas sanitárias e regulatórias aplicáveis, especialmente às exigências da ANVISA, quando cabível.

4.1.5 Entregar os produtos em embalagens originais, lacradas e em adequado estado de conservação, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade, quando aplicável.

4.1.6 Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a qualidade e a regularidade dos produtos, como fichas técnicas, certificações ou declarações de conformidade.

4.2. Do Sistema de Registro de Preços:

4.2.1 Optamos pela adoção do Sistema de Registro de Preços devido à conveniência que ele oferece em relação ao fornecimento do objeto em questão, o qual prevê parcelamento de acordo com a necessidade. Essa escolha visa a minimização dos riscos de desabastecimento, bem como a otimização dos recursos financeiros necessários para a aquisição.

4.2.2 A opção por este sistema se fundamenta, sobretudo, na sua capacidade de permitir uma evolução gradual no planejamento das atividades desta Autarquia. Isso confere discricionariedade na contratação de produtos e serviços relacionados ao objeto licitado, de acordo com as demandas emergentes. Essa abordagem flexível possibilita uma gestão mais eficiente das despesas do Conselho, permitindo ajustes em consonância com a disponibilidade de recursos financeiros.

4.2.3 Outra justificativa relevante para a escolha do Sistema de Registro de Preços é a natureza eventual e futura da demanda, que requer a aquisição de produtos de acordo com a necessidade





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

específica, levando em consideração o desgaste natural dos mesmos. Essa abordagem está em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso II do Decreto n.º 11.462.

4.2.4 Em resumo, a utilização do Sistema de Registro de Preços se apresenta como uma estratégia coerente com a gestão eficaz dos recursos desta Autarquia, permitindo uma adaptação ágil às demandas cambiantes e garantindo o atendimento das necessidades de forma eficiente e econômica.

4.3. Das adesões a ata de registro de preços

4.3.1 Não será admitida adesões a ata de registro de preços, essa decisão se baseia em dois fatores fundamentais:

I. Quantidade Limitada de Pessoal: Nossa instituição dispõe de um quadro de pessoal bastante restrito, o que limita nossa capacidade de gerenciamento da ata e dos respectivos quantitativos. A administração adequada da ata requer uma equipe dedicada, capaz de lidar com as diversas nuances e responsabilidades associadas a esse processo. A falta de recursos humanos adequados pode comprometer a eficiência e eficácia da gestão da ata.

II. Necessidade de Suporte em Caso de Inadimplemento: Além disso, é crucial considerar a necessidade de fornecer suporte em relação a possíveis problemas decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, quando se tratar de outros órgãos que poderiam aderir à ata. Garantir que os demais órgãos atendidos por meio da adesão à ata de registro de preços recebam o suporte necessário em caso de inadimplência é uma responsabilidade que requer recursos significativos e expertise na gestão de contratos.

4.3.2 Dessa forma, em virtude dessas circunstâncias, decidimos não permitir a adesão à ata de registro de preços, visando garantir a qualidade na gestão e o cumprimento eficaz das obrigações contratuais estabelecidas neste processo licitatório.

**Sustentabilidade**

4.4. Os materiais deverão, sempre que possível, ser produzidos com matérias-primas de menor impacto ambiental, incluindo papel com certificação de manejo florestal e itens descartáveis recicláveis, biodegradáveis ou de fonte renovável.

4.5. Os produtos de papel deverão apresentar boa eficiência (absorção e rendimento), reduzindo o consumo e o desperdício.

4.6. As embalagens deverão ser preferencialmente recicláveis e em quantidade reduzida.

4.7. Os dispensadores deverão possuir durabilidade adequada, visando reduzir substituições e geração de resíduos.







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.8. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**Subcontratação**

4.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.11. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.11.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.11.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.11.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, emitido pelo setor competente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia– 5ª Região, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**Local de Entrega**





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Herculano, 169, Bairro: Sumaré, CEP: 01257-030, São Paulo/SP.

5.3.1 As entregas deverão ser previamente agendadas com o CONTRATANTE e realizadas em dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h (horário local).

5.4. O recebimento dos bens será acompanhado e fiscalizado por representante designado pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região, para verificação do cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas.

#### **Despesas de Transporte**

5.5. Todas as despesas relativas ao transporte, embalagem, carga, descarga e entrega dos produtos até o endereço indicado no item 5.3. correrão por conta exclusiva do CONTRATADO, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus adicional. O fornecedor deverá assegurar que os produtos sejam entregues em perfeitas condições de uso, integridade e conservação, dentro do prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

#### **Devolução e Substituição**

5.6. Caso os produtos entregues apresentem desconformidade com as especificações técnicas, avarias, defeitos, impurezas, embalagem inadequada, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra irregularidade, o CONTRATANTE poderá recusá-los total ou parcialmente, devendo o CONTRATADO providenciar a substituição no prazo a ser fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

#### **Garantia**

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Página 15







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

**Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

Página19







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

#### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

- 9.2. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:
- 9.3. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Exigências de habilitação**

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

- 9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
- 9.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.31.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.31.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.31.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

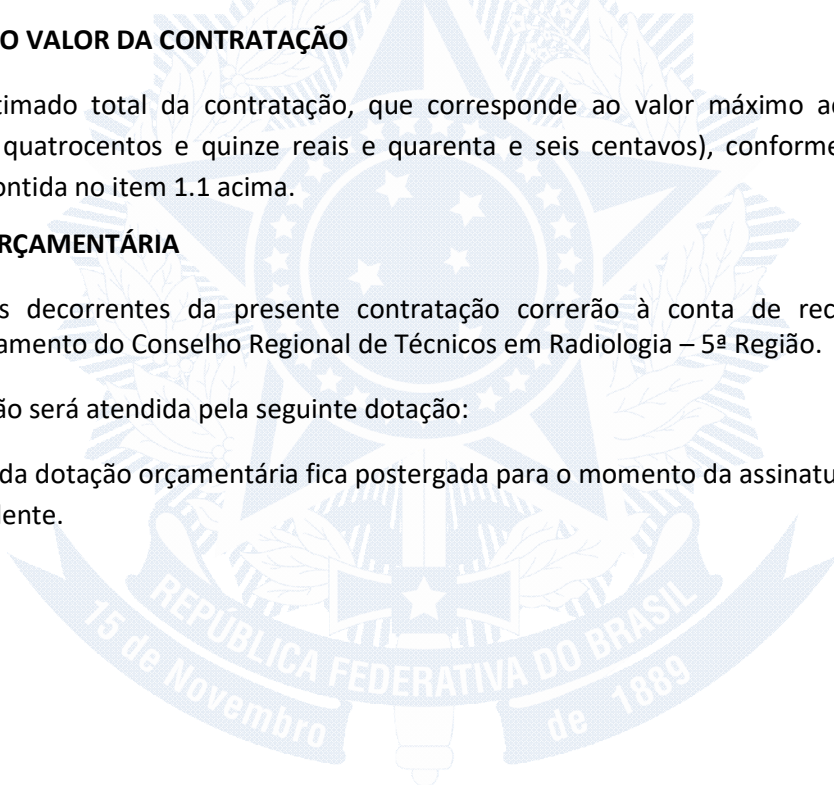
10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 10.415,46 (dez mil quatrocentos e quinze reais e quarenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.







CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO  
Serviço Público Federal

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, data e hora conforme certificado digital.<sup>2</sup>

Alexandra Gomes de Araújo

**Assessora da Diretoria**

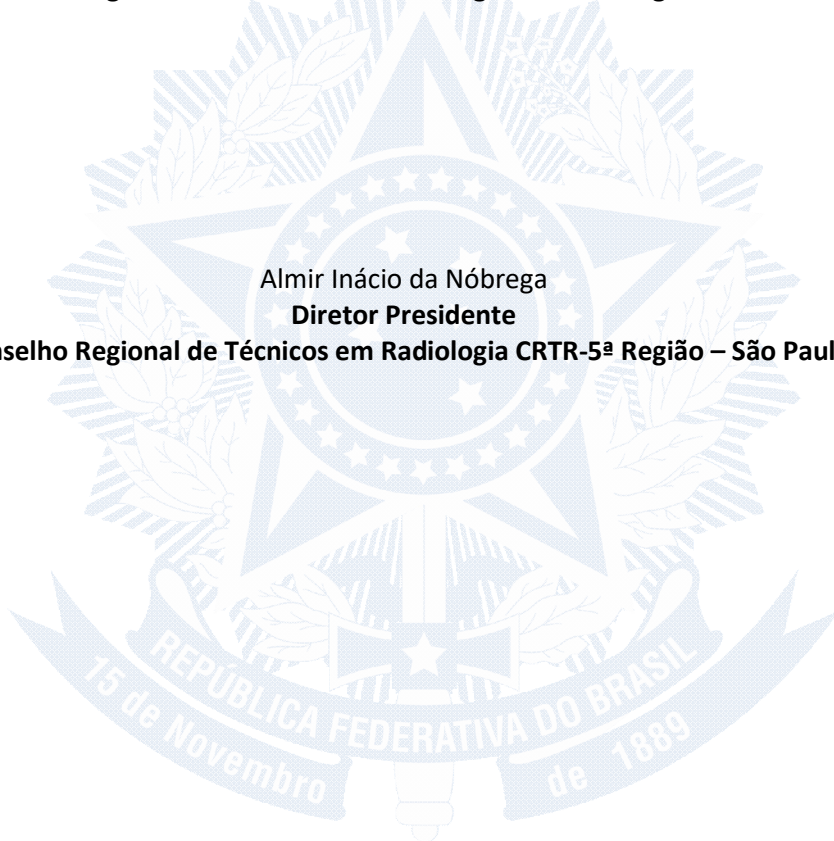
**Conselho Regional de Técnicos em Radiologia CRTR-5ª Região – São Paulo**

Aprovação:

Almir Inácio da Nóbrega

**Diretor Presidente**

**Conselho Regional de Técnicos em Radiologia CRTR-5ª Região – São Paulo**



<sup>2</sup> Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.